

# Sumário

Introdução.....	1
-----------------	---

## **Parte I - Jurisdição Constitucional: os Conceitos Fundamentais e a Evolução dos Modelos**

1. Os Sistemas Jurídicos à Evolução dos Modelos de Controle de Constitucionalidade.....	7
1.1 Common Law e Civil Law na atualidade: a aproximação pelo direito constitucional contemporâneo .....	7
1.2 O constitucionalismo como necessidade histórica e sua realidade contemporânea com a jurisdição constitucional .....	17
1.3 Modelos de controle de constitucionalidade.....	24
1.3.1 Quanto ao momento da realização do controle .....	24
1.3.2 Quanto à natureza e ao número de órgãos fiscalizadores.....	26
1.4 Breve histórico e a lógica do controle judicial difuso de constitucionalidade: judicial review of legislation nos Estados Unidos da América .....	28
1.5 A necessidade, a formação e a consolidação do modelo concentrado (austríaco) em países com matriz romanística .....	32
1.6 Principais problemas e vantagens de cada modelo .....	38
2. A Aproximação entre os Modelos de Controle de Constitucionalidade no Mundo: Lineamentos no Direto Comparado .....	47
2.1 Efeitos temporais das decisões nos modelos clássicos .....	53
2.2 Jurisdição constitucional e seus efeitos gerais e vinculantes .....	57
2.3 Especialização dos tribunais e a objetivação dos julgados realizados pela jurisdição constitucional nos casos em concreto .....	62
2.4 Resultados, indagações e reflexões sobre a convergência dos modelos .....	70

## **Parte II - A Nova Jurisdição Constitucional: Direito Comparado e o Modelo Brasileiro**

1. Breves Anotações sobre o Estudo Jurídico Comparado .....	75
1.1. Finalidade, objeto e funções práticas.....	77
1.2 O direito constitucional comparado.....	79
2. Estudo Comparado do Controle Jurisdicional de Constitucionalidade de Acordo com os Órgãos Julgadores – Difuso ou Concentrado.....	81
2.1. Controle difuso no Canadá .....	83
2.2. Controle difuso na Argentina .....	86
2.3. Controle misto no México .....	93
2.4. Controle misto em Portugal .....	98
2.5. Controle concentrado na Espanha .....	104
2.6. Controle concentrado na Alemanha .....	110
2.7. Controle concentrado na Itália.....	116
2.8. Análise conclusiva do estudo comparado .....	132
3. Controle de Constitucionalidade no Brasil .....	135
3.1. O controle de constitucionalidade no direito constitucional comparado interno: constituições brasileiras .....	135
3.1.1 Constituição de 1824 .....	135
3.1.2 Constituição de 1891 .....	137
3.1.3 Constituição de 1934.....	139
3.1.4 Constituição de 1937 .....	141
3.1.5 Constituição de 1946.....	142
3.1.6 Constituição de 1967/69 .....	144
3.1.7 Constituição de 1988.....	146

3.2 O controle difuso de constitucionalidade no Brasil.....	149
3.2.1 Considerações gerais.....	149
3.2.2 Provocação e legitimidade .....	151
3.2.3 Competência e procedimento.....	152
3.2.4 Efeitos da decisão.....	155
3.3 O controle concentrado de constitucionalidade no Brasil.....	158
3.3.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica – ADI ou ADIn...160	
3.3.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO ....	167
3.3.3 Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva – Representação Interventiva.....	170
3.3.4 Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC .....	174
3.3.5 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF .....	177
3.4 Controle de constitucionalidade nos estados federados.....	182
3.5 Como se comporta o mais híbrido dos modelos?: Uma visão prática e analítica dos fatos.....	184
3.6 Reflexões conclusivas, sugestões e críticas ao modelo brasileiro.....	192
Conclusão .....	197
Referências .....	201